


[voltar ao sumário](#)

Resumo

Resenha de Daniel Defoe, *Journal of the Plague Year: Illustrated Journal of the Plague Year*, Orinda, CA, SeaWolf Press, 2020, 215 p.

Autor(es)

Fernanda Sofio

é psicoterapeuta, mestranda em Psicologia Clínica pela PUCSP, membro do CETEC.

[voltar ao sumário](#)

LEITURA

Pandemia: de Londres em 1665 às Américas em 2020 [Journal of the Plague Year: Illustrated Journal of the Plague Year]

Pandemy: from London in 1665 to Americas in 2020

Fernanda Sofio

2020 será lembrado como ano da pandemia do novo coronavírus. São muitos os que buscam pensar essa trágica situação e suas possíveis consequências. Já rascunhava relatos a partir de minha própria experiência, pois a pandemia se intrometeu de chofre no que seria “o meu ano”. Em março, estava prestes a aceitar uma vaga de professora efetiva na Antioch College (acabou sendo cancelada), fiz quarenta anos em junho (o mesmo mês em que escrevo este texto) e minha primeira filha nascerá em agosto ou setembro. Entretanto, me vejo agora em quarentena absoluta no bairro do Bronx, em Nova York.

Foi nessas circunstâncias que recebi o convite da Revista Percurso para resenhar Um diário do ano da peste, de Daniel Defoe. Trata-se de um texto descritivo que detalha os efeitos da peste bubônica em Londres, em 1665. Nesse momento, segundo os dados oficiais morreram entre 70 e 100 mil pessoas, em um dos tantos episódios de uma mesma doença que, a partir de 1348, devastou cidades europeias por séculos. Não poderia deixar de aceitar o convite, nem seria possível excluir minha estória pessoal dessa leitura. O objeto de minha resenha, portanto, é sem dúvida o livro de Defoe. Mas a situação atual, de que compartilhamos o leitor e eu, invade o passado. Lendo o livro, percebo quão pouco algumas coisas mudaram nesses quase 400 anos, principalmente no que se refere a reações e comportamentos de pessoas arremessadas de súbito a uma situação de epidemia, que chacoalha as certezas no mundo e para a qual, vemos no livro, jamais estivemos preparados.

Para pensar o livro, é fundamental considerar quem é o narrador. Trata-se de alguém cuja voz é adulta. Talvez seja bastante jovem ou alguém de meia-idade. Isto por si só confere à obra um caráter ficcional, já que Defoe nasceu provavelmente em 1660? - a historiografia é inconclusiva nesse sentido, datando seu nascimento “entre 1659 e 1662”, indicando 1660 como o ano mais plausível. Isto quer dizer que ele tinha por volta de 4 ou 5 anos de idade quando a peste chegou à cidade de Londres. Não poderia ter vivido as experiências do narrador, não da maneira como estão relatadas no livro. O narrador é detalhista, analisa o espaço público, levanta dados, observa e descreve as interações entre as pessoas.

O texto não se propõe como relato jornalístico, mas trata-se, segundo minha pesquisa, de um dos livros mais lidos em cursos de jornalismo norte-americanos, justamente devido ao estilo de escrita e à riqueza de detalhes com que pinta um quadro de o que foi a epidemia londrina. Por sua vez, o vencedor do prêmio Nobel de Literatura em 2006, Orhan Pamuk, descreve o livro como: “a obra-prima e o relato mais iluminador da história da literatura sobre o tema do comportamento humano em tempos de pandemia”. Grandes feitos: um livro de memórias estudado por jornalistas americanos e, ao mesmo tempo, considerado grande literatura. Além disso, trata-se de um livro que atualmente informa o nosso presente, nossa luta contra a covid-19, e lembra que não estamos sozinhos. Pelo contrário, estamos acompanhados de séculos e séculos de história.

O inominado narrador de Defoe não deixa Londres, naquele tempo uma cidade amuralhada, à qual não seria permitido abandonar uma vez que a epidemia se alastrasse. Já nas primeiras páginas do livro, o narrador decide ficar, apesar da insistência do irmão, que o convida a partir consigo. Ou seja, nosso narrador não é como as demais personagens, que vão aparecendo e desaparecendo página a página: fica por opção. Opõe-se tanto aos desertores (como são chamados aqueles que escapam da cidade na primeira oportunidade, incluindo-se médicos e enfermeiros) quanto aos pobres (como são designados repetidas vezes os membros da população que sofrem as mazelas da epidemia e da fome, os que ficam em Londres por não terem para onde fugir). Nosso narrador sui gênerois, não: além de ficar por opção, ele jamais é infectado: não é pobre nem perde a compostura como ocorre à sua volta, seja por medo, doença ou fome.

É bonito o trecho em que um senhor mirrado, com quem o narrador se depara em suas andanças pela cidade, lhe conta dos quatro shillings que guardara para a mulher e os filhos. Impelido a dobrar esse valor, o narrador certifica-se de que o senhor de fato repassaria o dinheiro à esposa. A descrição da família faz pensar que, se não estavam infectados com a peste, certamente estavam doentes em algum outro sentido, personagens a provocar pena. Devemos lembrar, entretanto, que o gesto de nosso narrador é aquele de alguém que pode fazê-lo, alguém cuja situação, mesmo que precária, está em outro patamar, acima dos pobres. Esta situação especial

do narrador criado por Defoe lhe permite contar o que vê com “um pé dentro e um pé fora” da experiência dos londrinos. Ele participa da vida londrina, explora, observa, mas não se afunda nas mazelas, não fica doente, não morre, como as outras semipersonagens que vão pipocando pelo livro.

As funções desse narrador são de testemunha e registrador, apresentando tanto dados concretos da epidemia?– imprecisos, mas os dados disponíveis à época?– quanto os detalhes do comportamento humano. Perambula pelas ruas, chega perto das pessoas, contempla cada interação e descreve minuciosamente o que vê. Visita a fossa comum dos mortos. Não é particularmente afetado pelo que vê à sua volta. Com o passar dos meses, vai detalhando fase a fase da epidemia. Calmo e ponderado, vai nos informando acerca de como ela se desenrolou desde o princípio: o burburinho inicial sobre a possibilidade de a peste ter chegado em Londres vinda da Europa continental, provavelmente da Holanda; a forma como a notícia corria de boca em boca, não havendo jornal impresso disponível e sendo o relato sempre parcial, insuflado de acordo com a perspectiva de quem o partilhasse; a apreensão de um punhado de pessoas que recebiam essas notícias, imaginando o que estava por vir. É pelo narrador também que, com o passar das semanas e dos meses, vamos sendo informados das infecções, das reações dos doentes, dos que imaginam ter contraído a doença, dos que sabem que não sabem se estão infectados ou não, da ameaça insubstancializada que vai se espalhando pela cidade.

Como nas Américas de hoje, na Londres do livro ninguém sabe ao certo se está doente ou não. Hoje, a confirmação por testes deixa quase sempre dúvidas. À época, certezas só se tinha quando o caminho certo era em direção à morte. Caso contrário, cada um vai especulando sobre sua condição, ou negando a realidade, ou torcendo para passar incólume. Também como hoje, a infecção podia ser contraída mesmo alguém estando bem (well), na palavra utilizada pelo narrador: são os perigosíssimos “pré-sintomáticos” e “assintomáticos” de 2020. Tal pessoa podia estar conversando absorta num momento, e morta em poucas horas. A evolução da peste bubônica?– aprendemos com o livro?– era rápida e extremamente violenta. Passemos a alguns detalhes da vida londrina, conforme foram explorados nesse texto.

Um modelo de organização social (ou: regras, regras, regras)

O rei da Inglaterra em 1665 era Carlos II. Entretanto, no livro de Defoe, é o póstumo Rei Jaime que é citado pelo tampouco nomeado prefeito, ao publicarem-se as novas regras da cidade, apresentadas como solução para proteger a população da epidemia. A sensação é de uma série de normas impostas, sem autoria, como que advindas de uma autoridade etérea, não personalizada, pelas quais portanto ninguém poderia ser responsabilizado. Um texto prescritivo, ditando como seria a vida londrina durante a duração da epidemia. Regras, veremos, que seguem um modelo muito próximo àquele descrito por Michel Foucault. São dois os modelos antecessores da medicina social, segundo Foucault: “dois grandes modelos de organização médica na história ocidental: o modelo suscitado pela lepra e o modelo suscitado pela peste”. Ele explica que, na Idade Média, quando descoberto, um leproso era imediatamente expulso do espaço comum e posto fora dos muros da cidade, num lugar apartado, onde “ia misturar sua lepra à lepra dos outros”. E explana: “A medicina era uma medicina da exclusão. O próprio internamento dos loucos, malfeitores etc., em meados do século XVII, obedece ainda a esse esquema”. O leproso e o louco são bodes expiatórios a serem retirados do espaço público, a serem exilados. Já o segundo grande esquema político-médico é aquele que foi estabelecido contra a peste, um modelo no qual os doentes não eram excluídos da cidade, mas permaneciam isolados em suas casas e eram vigiados. Parece ter sido uma espécie de predecessor da “medicina policial” alemã, tão bem descrita pelo mesmo autor: uma medicina cujo objetivo é identificar o doente e impedir que transmita a infecção aos cidadãos sãos.

Com essa descrição foucaultiana em mente, passemos à primeira regra apresentada no Diário do ano da peste: seriam nomeados examinadores, um por paróquia (parish)?– pois os bairros consistiam de poucas ruas e eram designados a partir de suas paróquias: Saint Andrew’s, Saint Clement Danes etc. A quem fosse apontado como examinador não cabia recusar o novo cargo, pois ao fazê-lo a pena era a prisão, e permaneceria preso até aceitar o cargo. Os examinadores estavam incumbidos de encabeçar uma espécie de vistoria nas casas das suas respectivas paróquias (vistoria esta muitas vezes feita “nas coxas”, sem entrar nas casa, para evitar o contágio). Os examinadores deviam informar imediatamente quando em alguma casa havia uma pessoa enferma e rapidamente essa seria lacrada, de modo a que mais ninguém entrasse ou saísse dela, evitando a propagação da doença. O pânico crescia, é claro, pois os familiares da vítima eram considerados condenados também, seu destino quase certo sendo a morte. E mais: tais casas eram marcadas com um xis vermelho e as palavras: “Senhor, tende piedade de nós”.

Segunda regra: uma vez a casa lacrada, apontava-se dois vigias (watchmen), um diurno e um noturno, cuja função seria sentar do lado de fora e assegurar que ninguém saísse ou entrasse da casa marcada. O vigia também tinha outras funções?– secundárias do ponto de vista de contenção da propagação da epidemia?–, como a de auxiliar a família a fazer compras, ir apanhar uma enfermeira (aparecem sempre no feminino na narrativa de Defoe), chamar um médico (que aparece no masculino). Muitas vezes, estes pedidos aos vigias eram estratégias para despistá-los, já que as tentativas de fuga eram inúmeras e às vezes obtinham sucesso.

O vigia de Defoe, na minha opinião, é uma personagem que habita o limiar entre ficção literária e realidade, espécie de figura kafkiana avant la lettre, já que Kafka nasceu em 1883. Como a

vida Londrina de 1665, que tanto informa a pandemia da atualidade, o vigia londrino viveu mais de 200 anos antes dos escritos que melhor o descreveram, os livros de Franz Kafka. A figura do vigia está presente em toda a obra kafkiana, de O processo a O castelo, mas podemos tomar como exemplo a ficção filosófica “Diante da lei”- que aliás foi incluída em O processo?- e já reconhecemos a personagem apresentada por Defoe:

Descrevi duas regras impostas à população na Londres de 1665, conforme descritas por Defoe, mas contei ao menos 24 em sua narrativa. Não é necessário detalhar todas elas; as citadas até aqui são suficientes para capturar o clima da época e do livro. Talvez sejam as regras que melhor permitam, a partir dessa leitura, compreender o que foi a Londres daquele tempo. De como não encarar a epidemia de frente (ou: medo e negacionismo) Orhan Pamuk denuncia em seu artigo supracitado que o negacionismo frente à crise de saúde pública resultante de uma epidemia é uma espécie de marca histórica registrada. Para início de conversa, o narrador de Defoe quase não fala em peste, usa o eufemismo destempero (distemper) ao longo do livro. E descreve uma estratégia familiar para quem viveu março de 2020 e os meses seguintes: a tática de se mascarar dados epidemiológicos numa epidemia. Porém, se hoje quem manipula os dados são predominantemente as autoridades, e em geral sabemos que isso está acontecendo, na época da narrativa o faziam também familiares dos doentes, angustiados com a perspectiva de terem suas casas lacradas ao se descobrir que havia nelas alguém com a peste.

Assim como o autor das regras impostas à população não tem nome conhecido, como vimos?- e não se pode atribuir a responsabilidade pelas regras a alguém sem corpo?- tampouco os números apresentados por Defoe vêm acompanhados de qualquer explicação quanto à forma como foram compilados: são redigidos como listas e tomados como fato. Por exemplo, numa dessas listas os mortos são quantificados como mortos da peste ou outros mortos. Mas podemos pensar que não há como saber se os dois grupos são realmente distintos, ou como é que se diferenciam. De acordo com a tabela do narrador, no ano de 1665, entre 8 de agosto e 10 de outubro, faleceram de peste 49.705 pessoas. Já no total, foram 59,870 mortes (p. 84). Mas, como já destacaram em Hibbert, Weinreb et ali, não há metodologia de compilação de dados.

Um caso ainda mais interessante é o da lista que cita as causas das mortes dos doentes, distinguindo mortos da peste daqueles de febre, febre maculosa, aversão (surfeit) e dentes (entenda-se infecção dentária numa era pré-antibióticos; p. 178). Aversão como causa mortis hoje achamos até engraçado. Em suma, não há como saber se esses mortos contraíram outras doenças além da peste, nem qual foi a verdadeira causa de seus falecimentos. Lembremos que os examinadores preferiam não inspecionar as casas de perto, para não se contagiarem, e os moradores não queriam ter suas casas lacradas.

Outro fator que informa o negacionismo da época: as “profecias, conjurações astrológicas, os sonhos e as lendas”. Os pobres recorriam a estes, provavelmente como forma de explicar para si mesmos o que viam e para o que não encontravam explicação palatável. Os profetas, por sua vez, aproveitavam. Por exemplo, quando os pobres indagavam se a epidemia era grave, mesmo quando ainda não se sabia o que estava por vir, diziam os profetas sempre que era grave sim. Afinal, lucravam com a situação. Entre outras artimanhas, disponibilizavam “pílulas infalíveis contra a peste”, que podiam ser adquiridas por certo preço, e às quais a população se agarrava como última esperança e salvação (p. 18-23).

O narrador também fala de um amigo seu, cujo nome suspeito é Dr. Health (Dr. Saúde). Esse amigo era da opinião de que se podia saber quando alguém estava doente a partir de seu hálito, embora ninguém quisesse fazer o experimento devido ao fato de o contágio ser quase certo. Havia também a hipótese de se fazer um teste para saber se se estava infectado: exalar num pedaço de vidro e, ao condensar-se a exalação, revelaria criaturas num microscópio, formas terríveis e assustadoras, monstruosas, como “dragões, cobras, serpentes e demônios” (p. 176). A certa altura, o próprio narrador resume: “os pobres se apavoravam com a força de sua própria imaginação” (p. 20-23).

Pandemia no mundo em que vivemos

Vimos que há muitas semelhanças entre a epidemia de 1665 e a pandemia de 2020. Mas e as diferenças, como pensá-las? Um autor da psicanálise brasileira que vem em nosso auxílio é Fabio Herrmann: afinal, qual era o mundo de Defoe e como é ele diferente do nosso? Herrmann fala do momento da Psicanálise, o tempo no qual ela pôde surgir, pois já se havia compreendido que o mundo não equivale ao que vemos nele. O que vemos e pensamos sobre o mundo diz respeito às representações que formamos a partir das informações que recebemos dele. Ao mundo em si, não se tem acesso direto.

O fato de se apresentarem as regras do isolamento como absolutas e de não serem questionadas na Londres de Defoe é sintoma de um mundo entendido como sendo caracterizado por fatos, não por representações. Embora os londrinos se desesperassem e tentassem burlar as leis, não se revoltavam, nem questionavam seu valor. Não perguntavam quem as escreveu, com que propósito, se eram justas. Foi determinado assim e a população acatava.

Hoje a situação é muito diferente. Herrmann descreve o século XX?- a partir de Freud e cada vez mais?- como um tempo no qual o mundo que se habita é um mundo no qual não se confia, do qual se está sempre a suspeitar. Um conceito central de Herrmann para isso é o da crença. Ele fala de crença não no sentido coloquial da palavra, mas de uma “função que sustenta as nossas representações” de mundo e da cultura. Crença forte é aquela que não questiona. Ele dá o exemplo do homem que senta na cadeira sem se perguntar se a cadeira vai se mexer ou, por um

motivo qualquer, não vai sustentá-lo. No mundo em que vivemos, as cadeiras têm a função de nos segurar e isso não falha. Crença forte é também o que permite ao narrador de Defoe ler os números de enfermos e mortos nas tabelas e não se perguntar sobre a metodologia de compilação daqueles dados. Já crença fraca é a que temos hoje, quando tudo questionamos, investigamos, tomando a realidade como temporária e mutável. Porque o Estado é forte? Porque é fraco? Porque os dados da pandemia no Brasil estão subindo tão rapidamente? A quem isso beneficia? E assim por diante.

Se este é um processo que Herrmann data principalmente do início do século XX, e particularmente a partir de Freud e do nascimento da Psicanálise?- pois foi nesse momento histórico que ela pôde nascer, não no tempo de Defoe por exemplo?- com a pandemia, esse mesmo processo de descrença se desenfreou. Tínhamos poucas certezas, mas tínhamos algumas. Achávamos que trabalhávamos em consultórios, ou escritórios; em suma, achávamos que devíamos sair de casa para trabalhar. Não é mais assim. Acreditávamos que, tendo dinheiro para isso, podíamos sair para jantar com os amigos, quando nos aprovesse. Essa certeza está suspensa. Pensávamos que, quando nascessem os nossos filhos, os avós estariam perto. Não estão. O mundo como o entendíamos não existe nesse momento. As regras que o regiam tampouco.

O que se manteve constante nessa reviravolta? O fato de ainda sermos homens e mulheres habitando o mundo em que vivemos. E ainda tendemos a rotinizar tal mundo, aliás termo também cunhado por Herrmann. Queremos dar sentido à experiência, organizá-la, “entendê-la” de alguma forma, não importando tanto se tal entendimento se sustenta. Queremos poder explicar o que vemos com alguma coerência, criar novas regras. Um exemplo atual: se por um lado resistimos ao distanciamento social, por outro alguns de nós nos habituamos a ele. Dada a possibilidade, conseguiremos retornar ao mundo que conhecíamos? Ao trabalho nos moldes de antes? Faremos o mercado como em fevereiro deste ano? Não é o que preveem os economistas. Pois bem, criemos então um mundo novo.

[voltar ao topo](#)[voltar ao sumário](#)

Percurso é uma revista semestral de psicanálise, editada em São Paulo pelo Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae desde 1988.

Sociedade Civil Percurso
Tel: (11) 3081-4851
✉ assinepercurso@uol.com.br

© Copyright 2011
Todos os direitos reservados